

O avanço feminino na educação superior brasileira: perspectivas de gênero, raça e classe

The female advancement in Brazilian Higher Education: gender, race, and class perspectives

Recebido: 08/06/2021 | **Revisado:** 28/07/2021 | **Aceito:** 28/07/2021 | **Publicado:** 21/12/2021

Ana Paula de Souza Santos
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9124-876X>
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: contato.profanapaula@gmail.com

Maria Luísa Furlan Costa
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4286-5892>
Universidade Estadual de Maringá
E-mail: contato.profanapaula@gmail.com

Como citar: SANTOS, A. P. S.; COSTA, M. L. F. O avanço feminino na educação superior brasileira: perspectivas de gênero, raça e classe. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e12657, Dez. 2021.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A confluência de distintos fatores ocasionou na ampliação do Ensino Superior brasileiro nos últimos cinquenta anos, incluindo o massivo ingresso feminino. Assim, este artigo objetiva traçar um panorama sobre tal cenário, tomando por perspectiva as questões de gênero, raça e classe. Para tanto, lançamos mão de um levantamento quantitativo do período, baseado nos censos nacionais publicados. Também realizamos uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Concluímos que, apesar das mulheres terem se tornado maioria entre discentes do Ensino Superior no Brasil, há menor expressividade de estudantes negras. Além disso, ainda persiste uma segmentação de gênero por áreas de atuação e, conseqüentemente, uma maior concentração de mulheres nas áreas de menor remuneração salarial.

Palavras-chave: Ensino superior; Educação das mulheres; Acesso.

Abstract

The confluence of distinct factors has led to the expansion of Brazilian higher education in the last fifty years, including the massive female admission. Thus, this article aims to present an overview of this scenario, taking into perspective the issues of gender, race, and class. Therefore, we carried out a quantitative survey of the period, based on the published national censuses. We also developed a bibliographical research with a qualitative approach. We conclude that, although women have become the majority among students in Higher Education in Brazil, there is less expressivity of black students. In addition, a segmentation of gender by areas of activity still persists and, consequently, a greater concentration of women in areas with lower wage remuneration.

Keywords: Higher Education; Women's education; Access.

1 INTRODUÇÃO

Fruto da pesquisa desenvolvida durante o mestrado, este texto integra minha dissertação, que tem como foco o Ensino Superior de mulheres no Brasil e a modalidade de ensino pela qual se inserem, levando em consideração marcadores sociais como raça e classe. Para desenvolvê-la, foi necessário reconstituir as estatísticas que demonstram a trajetória feminina de avanço sobre o nível de ensino, especialmente no que se refere às últimas cinco décadas.

No período mencionado, configurou-se no Brasil um fenômeno de ascendência das mulheres em todos os níveis de instrução. Ele foi resultado da implicação de diferentes fatores e forças, como a mudança dos papéis sociais femininos, a articulação e fortalecimento de movimentos de mulheres comprometidos com as demandas femininas, a participação e atuação na elaboração de políticas nacionais de acordo com recomendações de organizações internacionais e a ampliação de políticas de alfabetização e expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) no país. Todos estes fatores, dentre outros possíveis, culminaram no aumento expressivo nas taxas de matrículas e número de IES, além da reviravolta feminina, que se tornou maioria entre esses alunos.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo a apresentação de um panorama sobre o Ensino Superior brasileiro no referido período, sob a perspectiva de gênero, raça e classe, trazendo um olhar generalizado das estatísticas relacionadas à instrução no período e, em seguida, algumas reflexões teóricas, com possíveis abordagens para o tema.

Na primeira seção, trazemos gráficos que ilustram as mudanças ocorridas na proporção entre homens e mulheres na educação, em seus diferentes níveis, e o incremento do setor privado na oferta do Ensino Superior. Na segunda seção, apresentamos a elaboração de autores sobre temáticas pertinentes, levantando algumas questões para análise e interpretação dos dados. Os resultados são apresentados na terceira seção, prosseguidos das considerações finais.

2 PANORAMA SOBRE O ACESSO FEMININO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

A ampliação das políticas de alfabetização e de acesso ao Ensino Médio compôs um panorama de aumento da demanda de jovens concluintes desse nível de ensino e possíveis candidatos ao ensino superior, evidenciando a necessidade de expansão das instituições públicas e privadas que ofertam cursos de graduação e pós-graduação (GUEDES, 2008).

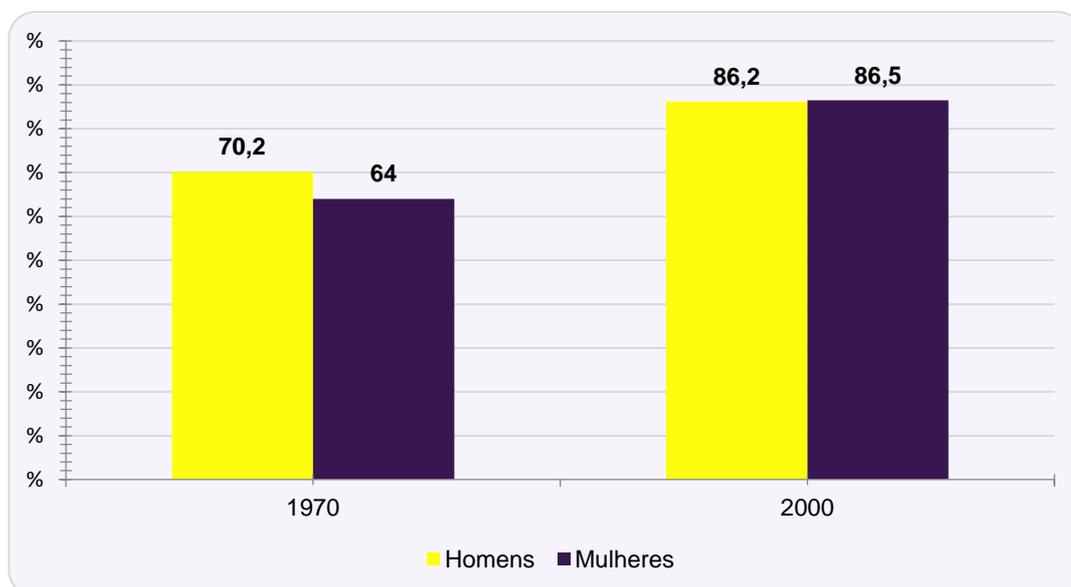
Esse contexto de ampliação da rede de Instituições de Ensino Superior e de incorporação de perspectiva de gênero nas políticas públicas sociais¹ caracterizou um

¹ A prática estatal acontece, dentre outras formas, por meio daquilo que entendemos como políticas públicas sociais (HÖFLING, 2001). Elas estão relacionadas às áreas de educação, saúde, previdência, e se configuram como um conjunto de políticas componentes de um projeto governamental. Segundo Eloísa Höfling (2001, p. 31), “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

momento de avanço feminino, não apenas sobre o Ensino Superior, mas sobre a educação como um todo. Segundo Guedes (2008), isso conflui com diferentes fatores que são derivados da atuação de movimentos de mulheres, no cenário da reabertura democrática no Brasil, como a liberalização sexual e quebra de tabus, que resultaram na entrada das mulheres de classes mais altas no mercado de trabalho, ao final do século XX. Por mais diversos que sejam os movimentos das mulheres, “[a bandeira da educação para estruturação de relações de gênero mais equânimes] uniu diversas correntes do movimento feminista” (GUEDES, 2008, p. 121).

Materializando as mudanças contextualizadas, observamos como elas se configuraram nas estatísticas relacionadas ao campo da educação e, especialmente, ao Ensino Superior na virada do século XXI:

Gráfico 1: Taxa de alfabetização dos brasileiros de 15 anos ou mais de idade por sexo* (1970, 2000).

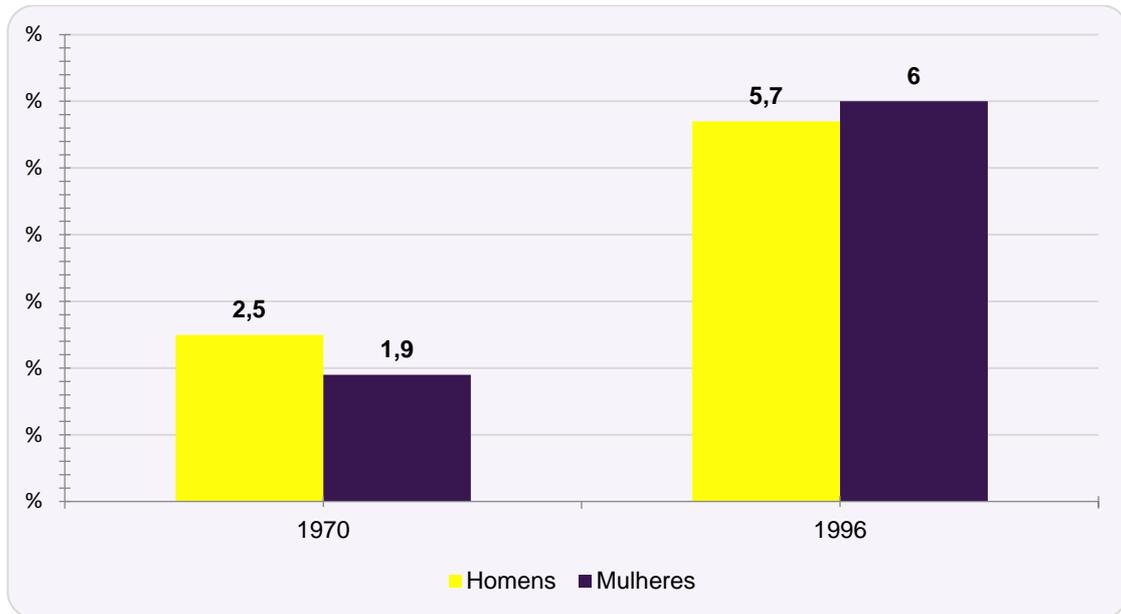


Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 e 2000 (BRASIL, 1970; 2000). Elaborado pela autora, 2021.
*Termo utilizado nos levantamentos.

As taxas de alfabetização registraram a virada feminina ao longo das últimas décadas. Além da alfabetização, as médias de anos de estudo da população, que mais do que dobraram entre 1970 e 1996, revelaram aumento da expressividade feminina, que também tomou frente.

Em suma, podem ser categorizadas como ação (e falta de ação) do Estado diante de demandas da sociedade, sendo elas implementadas por governos, na busca pela constituição de um projeto social específico - que não rompa com a reprodução da estrutura social capitalista. Elas têm por objetivo a concretização de direitos previamente conquistados, que já estão incorporados nas leis (PEREIRA, 2008).

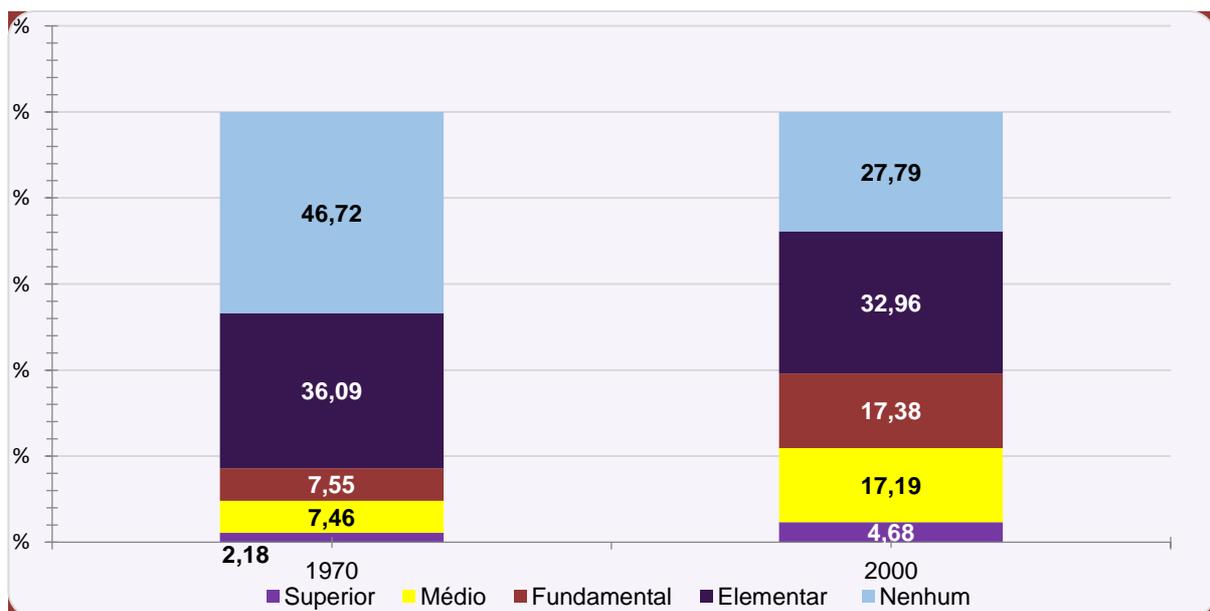
Gráfico 2: Anos médios de estudos da população brasileira de 5 anos ou mais, por sexo e ano (1970, 1996).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970 e PNAD 1996 (BRASIL, 1970; 1996). Elaborado pela autora, 2021.

Como expresso no Gráfico 3, houve grande queda nas taxas de não escolaridade da população em geral, entre os anos de 1970 e 2000. Houve também ligeira queda nas taxas de pessoas apenas com o Ensino Elementar. Ao mesmo tempo, ocorreu o aumento expressivo nos demais níveis escolares, que mais que dobram.

Gráfico 3: Distribuição da população brasileira com mais de 20 anos, por nível escolar concluído.

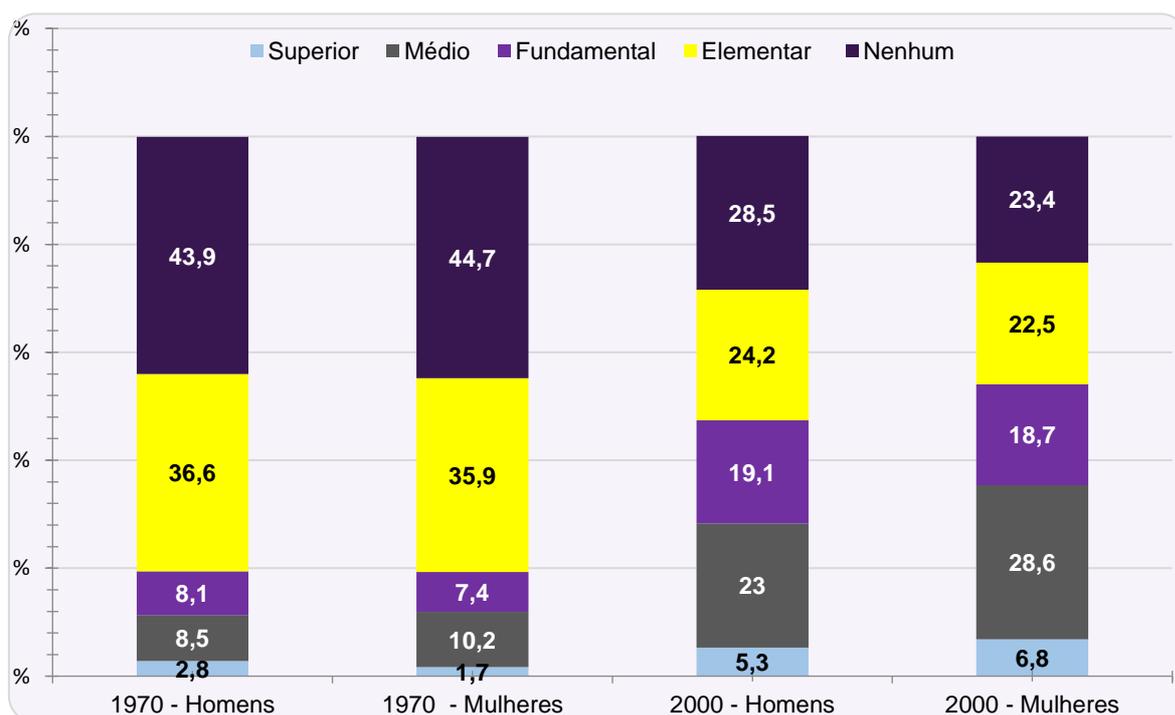


Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 e 2000 (BRASIL, 1970; 2000). Elaborado pela autora, 2021.

De forma geral, observamos que as políticas educacionais adotadas pelo Brasil, ao longo das últimas décadas do século XX e início dos anos 2000, causaram mudanças significativas na ampliação da escolaridade da população, de forma geral. O aumento nas taxas de alfabetização foi bastante expressivo no período analisado, tendo as mulheres tomado uma ligeira vantagem em relação aos homens. Nesse sentido, o aumento dos anos médios de estudo foi ainda mais visível, pois entre as mulheres, como examinamos, havia crescido mais de 300%, enquanto entre homens o crescimento foi de pouco mais de 220%.

Conforme o Gráfico 4, entre os jovens de 25 a 29 anos, homens apresentavam uma ligeira vantagem com relação a não escolaridade em 1970, sendo maioria entre os que possuem Ensino Elementar, Ensino Fundamental e Ensino Superior. Neste ano, mulheres eram maioria na não escolaridade e no Ensino Médio. Ou seja, enquanto mulheres concluíam mais o Ensino Médio, os homens é que prosseguiram mais ao Ensino Superior. No ano 2000, mulheres permaneceram maioria no Ensino Médio e ultrapassaram os homens no Ensino Superior.

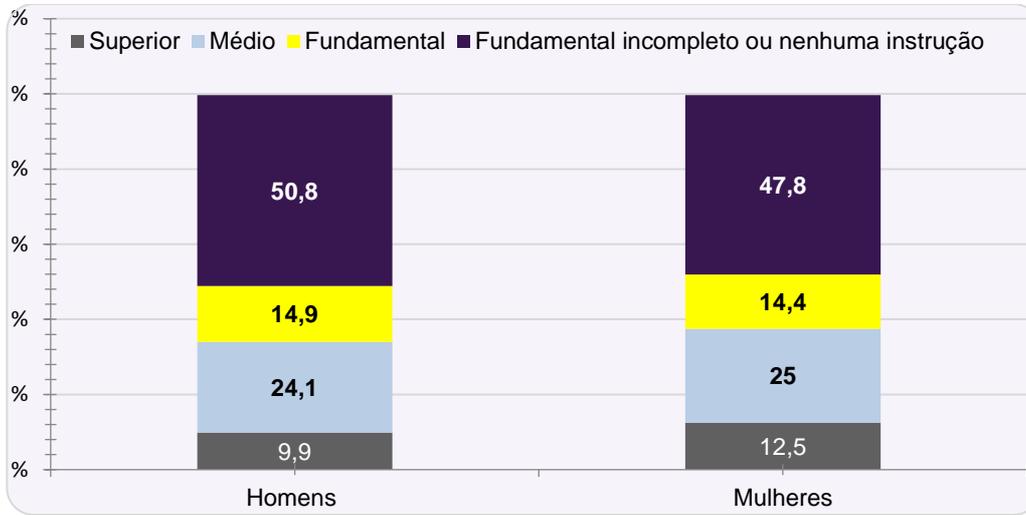
Gráfico 4: Distribuição da população brasileira de 25 a 29 anos, por sexo e curso mais elevado concluído (1970 e 2000).



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 e 2000 (BRASIL, 1970; 2000). Elaborado pela autora, 2021.

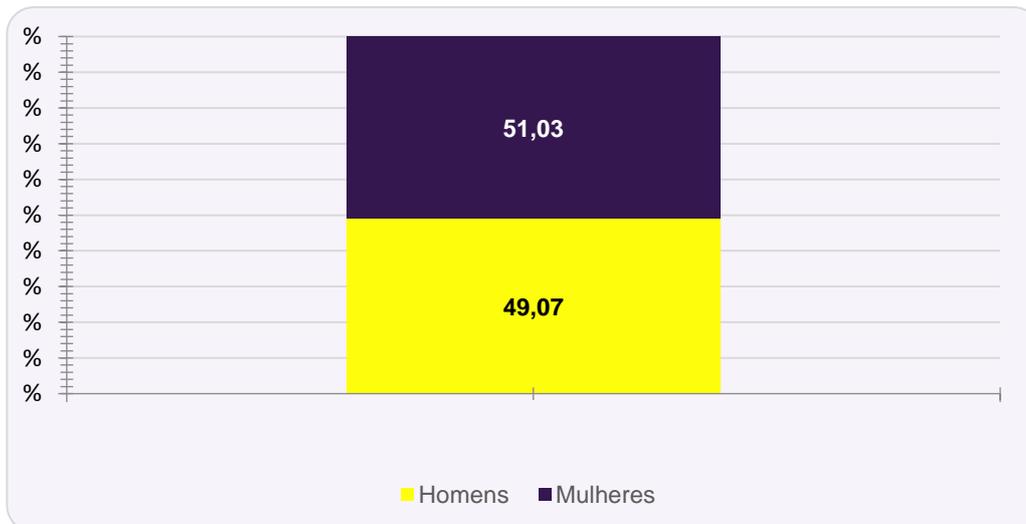
A tendência de diminuição da população maior de 25 anos sem instrução, ou com Ensino Fundamental incompleto, permaneceu em 2010. Desta forma, entre os homens, sua presença diminuiu nos níveis de ensino mais baixos e aumentou sua expressividade tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Superior. Entre as mulheres, houve queda no nível de Ensino Médio e aumento de quase 100% no Ensino Superior, conforme demonstra o Gráfico 5. Atente-se ao fato de que no mesmo ano de 2010, mulheres foram maioria entre a população, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Distribuição da população brasileira de 25 ou mais, por sexo* e curso mais elevado concluído (2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (BRASIL, 2010). Elaborado pela autora, 2021. *Termo utilizado no levantamento.

Gráfico 6: Distribuição da população brasileira por sexo* (2010).



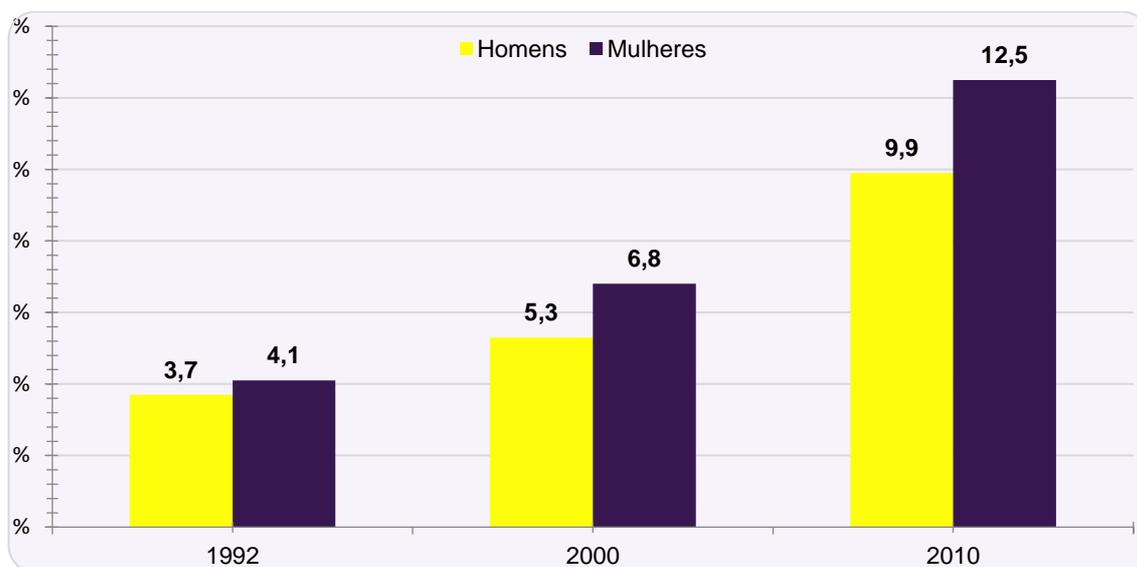
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (BRASIL, 2010). Elaborado pela autora, 2021. *Termo utilizado no levantamento.

Entre os mais jovens, o universo de mulheres sem escolaridade era ligeiramente maior em relação aos homens no ano de 1970. Nos anos 2000, elas ampliaram a vantagem sobre os homens em 5,1%. Note-se ainda que, no ano de 1970, mulheres já tinham maior proporção na conclusão do atual Ensino Médio. Todavia, havia grande desvantagem em relação ao Ensino Superior. Barroso e Melo (1975) apontam que um fator a ser considerado na observação dessa desproporção é que muitas mulheres concluíam junto ao Ensino Médio o ensino normal, hoje denominado Formação Docente.

A cada 100 mulheres de 25 a 29 anos, apenas 1,7 possuía Ensino Superior em 1970. No ano 2000, esse universo já era de 6,8% e, em 2010, era 12,5%. Ou seja, no intervalo de 30 anos observado, o número proporcional de mulheres que concluíam cursos de graduação quadruplicou. Entre o intervalo de 2000 e 2010, esse número proporcional teve um aumento menor que 90%.

O próximo Gráfico, de número 7, demonstra a proporção de homens e mulheres que possuem curso superior no período de 1992 e 2010. Verificamos que houve aumento linear entre os dois grupos.

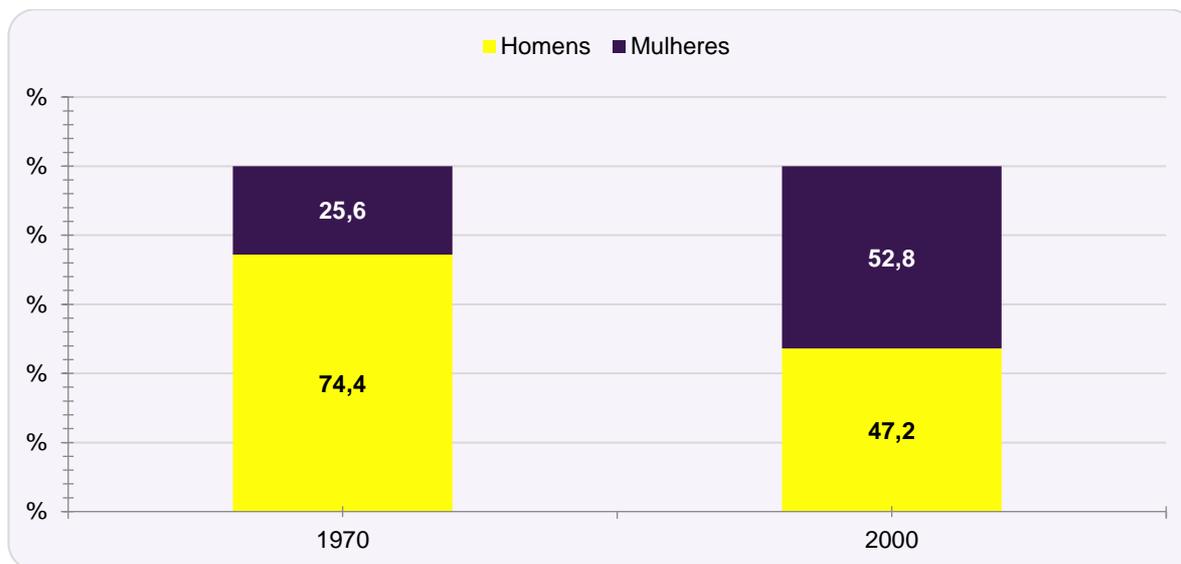
Gráfico 7: Proporção de brasileiros de 25 anos ou mais que possuem graduação em relação aos demais níveis de ensino, por sexo* (1992, 2000, 2010).



Fonte: IBGE, PNAD 1992, Censo Demográfico 2000 e 2010 (BRASIL, 1992; 2000; 2010). Elaborado pela autora, 2021. *Termo utilizado nos levantamentos.

O Gráfico 8 explicita a virada feminina entre os que possuem Ensino Superior no período de 1970 e 2000, passando de 25,6%, para 52,8% dos graduados. Ou seja, um aumento de quase 100%.

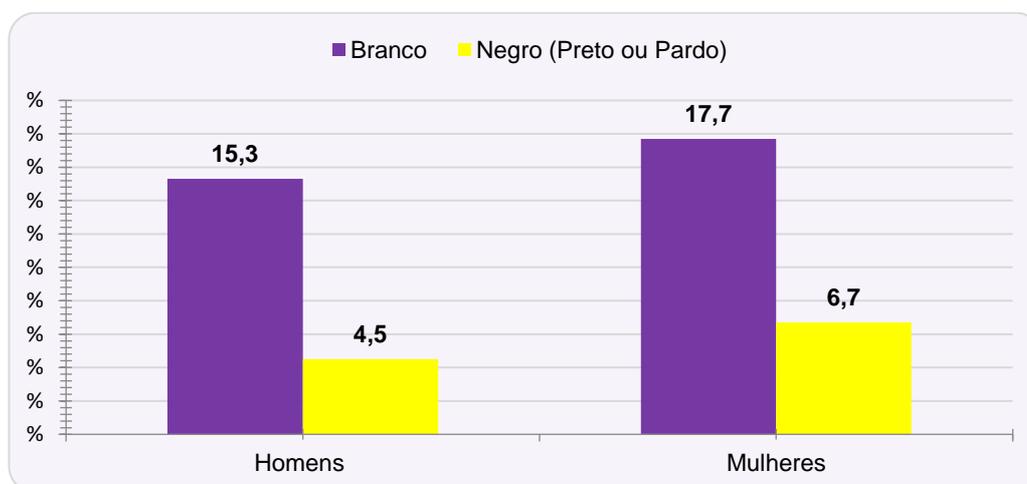
Gráfico 8: Distribuição da população brasileira total com nível superior, por sexo* (1970, 2000).



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 e 2000 (BRASIL, 1970; 2000). Elaborado pela autora, 2021.
*Termo utilizado nos levantamentos.

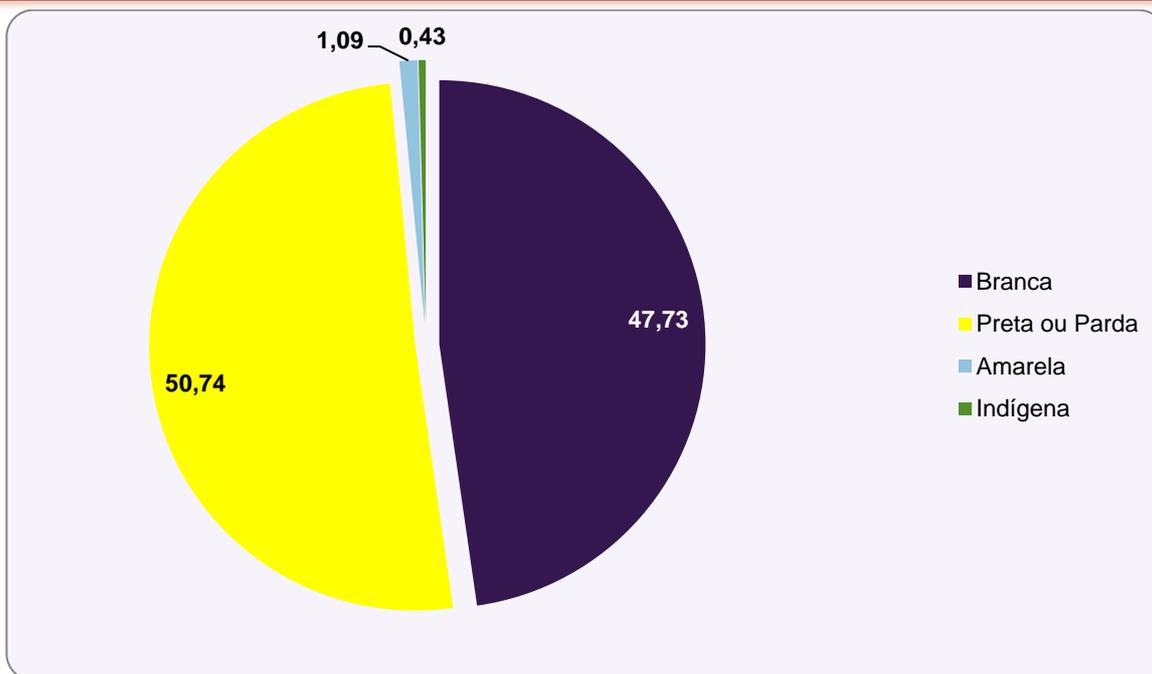
As mulheres assumiram a vantagem nos cursos de graduação e, com o tempo, a ampliaram. Todavia, conforme os dados apresentados no Gráfico 9 apontam, outros fatores precisam ser observados: demonstra-se que, entre as mulheres, há a reprodução da pouca integração racial, assim como no grupo de homens, mesmo que em menor proporção. Os índices de ambos os grupos diferem bastante da proporção entre população negra e demais grupos étnicos, que em 2010 chegaram a 50,74% de autodeclarados pretos e pardos, conforme representado no Gráfico 10.

Gráfico 9: Proporção de brasileiros de 25 anos ou mais que possuem graduação em relação aos demais níveis de ensino, por raça (2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (BRASIL, 2010). Elaborado pela autora, 2021.

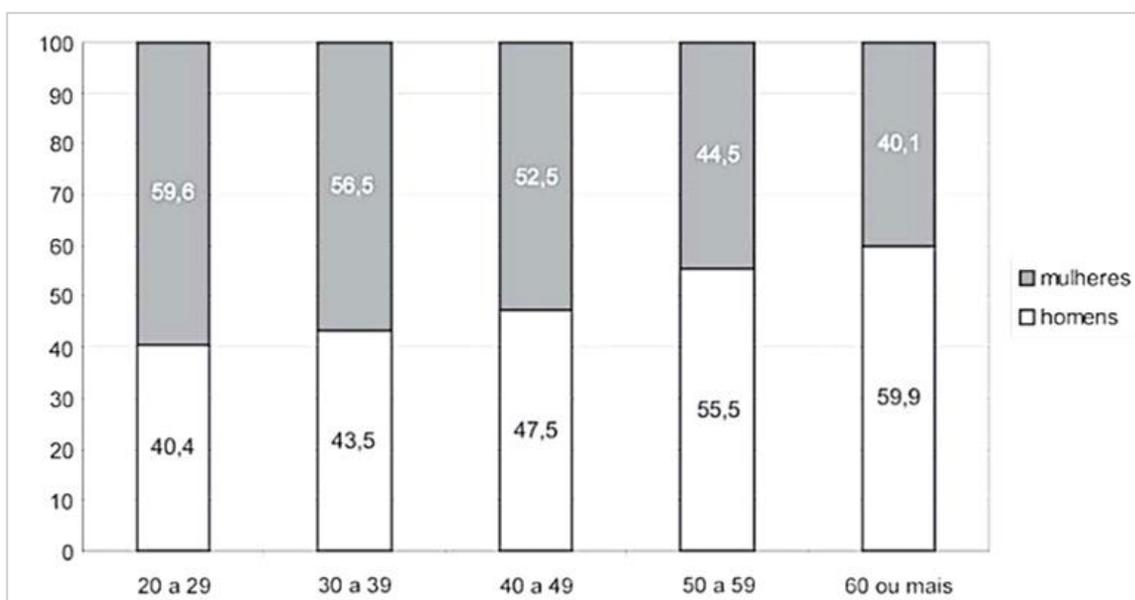
Gráfico 10: Distribuição da população brasileira por raça (Brasil, 2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (BRASIL, 2010). Elaborado pela autora, 2021.

No Gráfico 11, elaborado por Guedes (2008), fica explícito que quanto maior a idade da população com Ensino Superior em 2000, menor é a presença feminina.

Gráfico 11: Distribuição da população com nível universitário, por sexo* e grupo etário (Brasil, 2000).

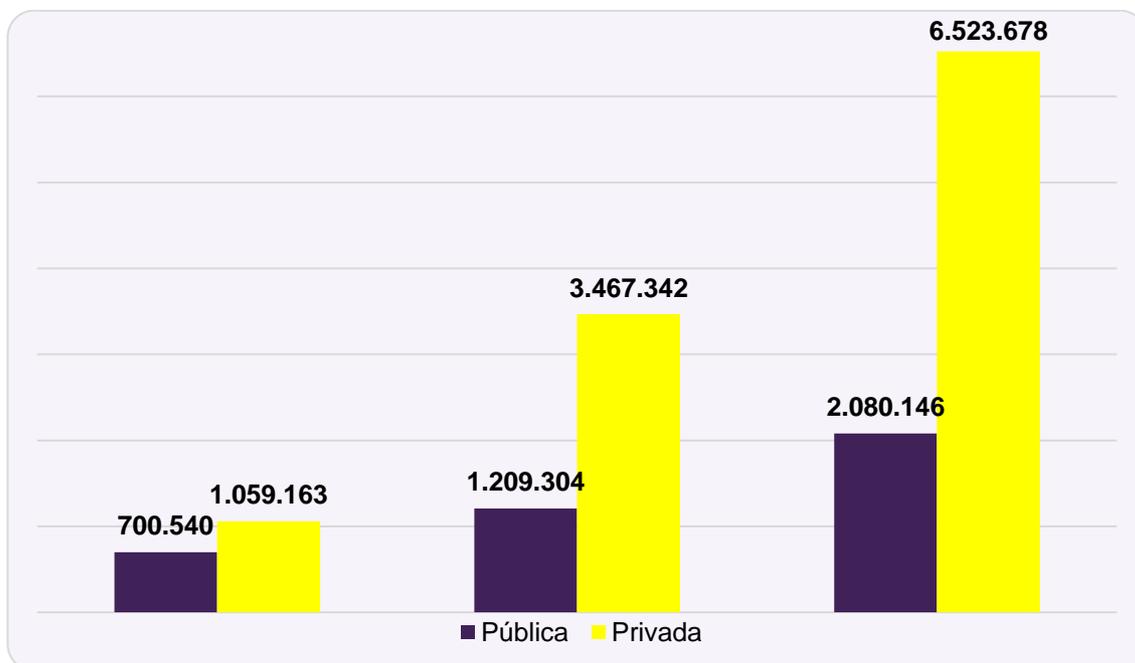


Fonte: GUEDES, 2008, p. 125; IBGE, Censo Demográfico 2000. *Termo utilizado no levantamento.

Outra questão a ser analisada, nesse contexto, é que houve, junto à intensificação da inserção feminina no Ensino Superior brasileiro, na virada dos

séculos XX e XXI, um enorme incremento nas taxas de matrículas, principalmente nas instituições privadas. Podemos contemplar essa relação no Gráfico 12.

Gráfico 12: Número de matrículas em IES públicas e privadas (1995, 2006, 2018 e 2019)

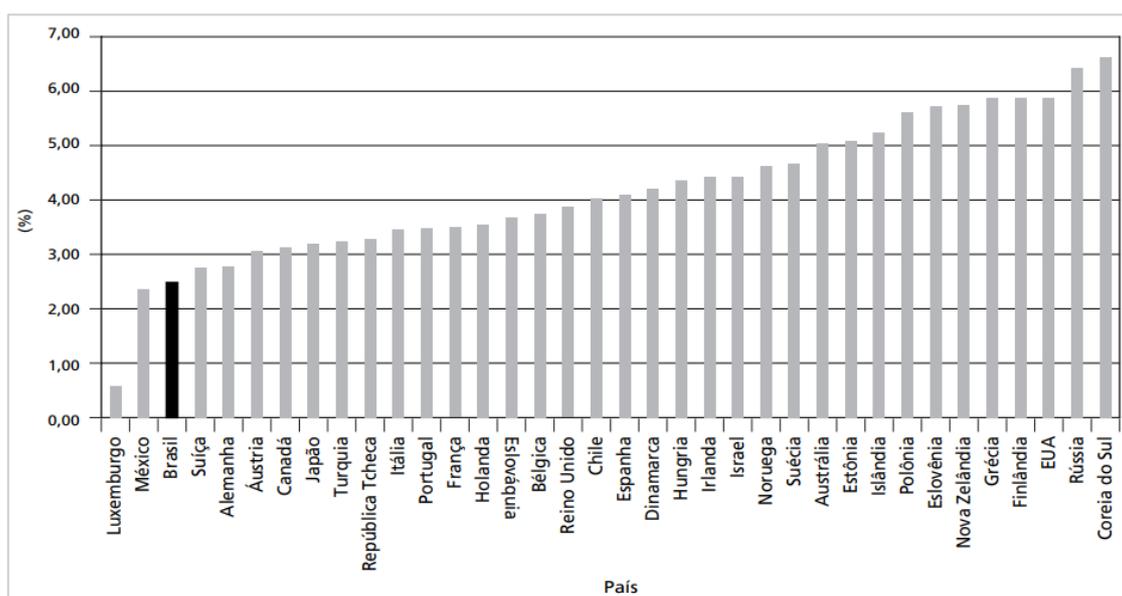


* As matrículas referentes aos anos de 1995 e 2006 compreendem apenas a modalidade presencial. As de 2019 englobam também a modalidade de Educação a Distância.

Fonte: INEP, Censos Nacionais do Ensino Superior 1995, 2006, 2019 (BRASIL, 1995; 2006; 2020).
Elaborado pela autora, 2021.

Ainda assim, conforme demonstra o Gráfico 13, o Brasil ocupa uma posição desfavorável na quantidade de matrículas no Ensino Superior em proporção à sua população, ficando para trás, inclusive, do Chile.

Gráfico 13: Matrículas universitárias sobre a população, por países (2006).



Fonte: VONBUN; MENDONÇA, 2012, p. 53; OCDE, 2007; 2009.

Em suma, as políticas para ampliação do acesso ao Ensino Superior no Brasil implicaram no aumento maciço de número de vagas e ações voltadas a determinadas parcelas da população, heterogeneizando o perfil de estudantes deste nível de ensino e favorecendo especialmente grupos de mulheres, que até então não haviam ocupado de fato diferentes níveis educacionais. Todavia, tal panorama é passível de ambiguidades e revela dinâmicas complexas de interações sociais, observadas aqui sob a perspectiva de gênero, raça e classe.

3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO

Constatamos que, embora os índices relativos à inserção feminina no Ensino Superior indiquem grande vantagem das mulheres jovens em relação aos homens jovens, outros fatores perpassam a dinâmica. Por mais que as mulheres tenham sido efetivamente integradas aos cursos de graduação, em relação à presença masculina, o Brasil ainda tem uma grande defasagem na inserção dos jovens nas universidades. Mesmo com uma vasta política de ampliação do acesso promovida a partir dos anos 2000², a quantidade de jovens matriculados no Ensino Superior ainda é baixa, comparando com outros países.

Para além disto, a proporção entre matrículas nos setores público e privado demonstra o avanço do ensino privado, também resultado das políticas de expansão e ampliação do acesso do Governo Federal. Uma questão que emerge nesse contexto concerne ao tipo de formação à qual estes discentes estão tendo acesso. Para além de discussões complexas associadas aos parâmetros de qualidade do Ensino Superior³, não destinadas nessa pesquisa, emana uma potente problemática ao

² São programas como o Reuni, ProUni, Fies e a UAB.

³ O tema foi abordado pela pesquisa de Dayane Horwat, de título "Referenciais de Qualidade para educação superior a distância: política pública educacional em contextos e perspectivas de

analisarmos que, embora a grande maioria das matrículas em graduações atualmente se concentrem nas instituições privadas, são as instituições públicas que garantem a formação acadêmica edificada sobre o tripé constituído em Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com Olgaíses Maués (2019), ao aproximar-se das recomendações internacionais para o Ensino Superior⁴, o Brasil tem diversificado a natureza de suas IES, que se diferenciam em sua organização administrativa e, conseqüentemente, em sua disposição de programas de pesquisa e extensão. A autora destaca que a característica associada ao ensino universitário brasileiro é de que se tratava de um ensino “conceitual”, do qual exigia-se mais “desenvolvimento intelectual” (MAUÉS, 2019, p. 20) e, atualmente, alinhado com as concepções de Organismos e Organizações Internacionais, como a OCDE, o ensino tem se mostrado mais direcionado às necessidades do mercado (MAUÉS, 2019).

Maués (2019) ainda ressalta a existência de uma dinâmica de competição internacional entre as instituições, especialmente entre aquelas que promovem a pesquisa científica, em que se cria uma espécie de universidade elitizada, na qual poucos têm acesso, em detrimento das demais IES, direcionadas na promoção o ensino, aos moldes do mercado.

Mesmo que a maior parte dos alunos de graduação estejam em instituições privadas, é nas universidades públicas, as mesmas que detêm as menores taxas de matrículas, que o quadro discente terá acesso à vivência acadêmica, parte relevante da formação profissional e pessoal do indivíduo.

Podemos também notar, com os dados apresentados, que os programas de acesso ao Ensino Superior não deram conta de promover uma efetiva integração racial. Outro ponto a ser analisado são as diferenças geracionais, uma vez que quanto mais velha é a população com graduação completa menores são as proporções femininas.

Nesse sentido, Écio Portes (1993; 2001) e Nadir Zago (2000) atentam para o que é chamado de fluxo de trajetórias. Estas são “entendida[s] como percurso social e biográfico da escolaridade dos sujeitos pesquisados, bem como as diferentes interseções e caminhos percorridos” (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 811), e podem ser lineares ou acidentadas e não são independentes daquelas dos antepassados. De forma geral, os fluxos de trajetórias são interpelados por fatores sociais estruturantes, como as condições econômicas e sociais.

Os jovens de camadas populares, de forma geral, têm seus percursos escolares marcados pela vulnerabilidade e pelo sofrimento (PORTES, 1993; 2001; ÁVILA; PORTES, 2012). Fatores que influenciam o acidentamento de trajetórias, que assim tendem a ser irregulares, marcadas por repetências, abandonos dos cursos, são dos mais variados, mas têm uma íntima relação com a pobreza. Segundo Zago (2000, p. 25):

atualização”. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2020/2020%20-%20Dayane%20Horwat.pdf>.

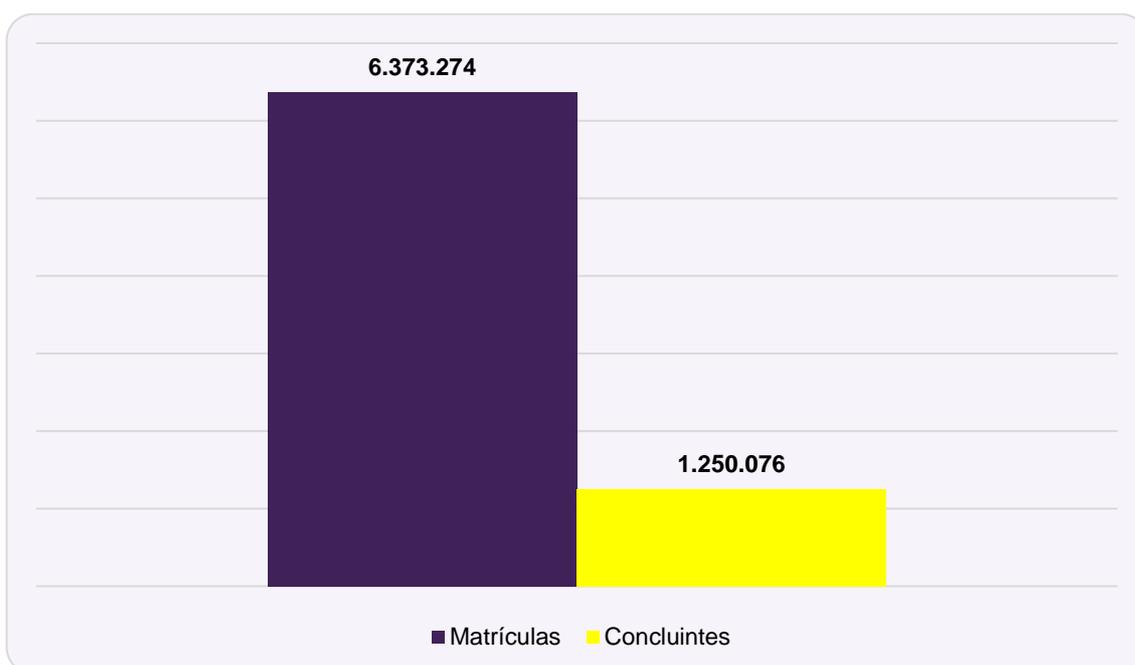
⁴ Organismos e Organizações Internacionais têm se debruçado sobre a educação há décadas, onde destaca-se a atuação da Unesco e, mais recentemente, de instituições afetas à economia, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, principalmente na elaboração de recomendações para políticas nacionais para o Ensino Superior.

há uma legião de ex-alunos que recomeçam seus estudos mesmo após vários anos de interrupção, indicando que a escolaridade não obedece ao tempo “normal” de entrada e permanência até a finalização de um ciclo escolar, mas se define no tempo possível.

Ainda, devemos considerar que os fatores econômicos precisam ser perpassados pelas questões concernentes à raça, uma vez que a pobreza com recorte de raça é resultado de indicadores socioeconômicos, mas, também, é modelada por ele (GÓIS, 2008). Dessa forma, pela perspectiva de gênero e raça, observamos a peculiaridade da trajetória feminina na educação, especialmente nos cursos de graduação.

Talvez uma análise da diferença entre os índices de matrículas e os de concluintes indique a incidência destes ou mais fatores que reverberam no percurso acadêmico dos discentes, sendo esta pesquisa incapaz de abarcar tal perspectiva. Todavia, observe-se a disparidade entre os números no gráfico 14:

Gráfico 14: Comparação entre o número total de ingressantes e concluintes de cursos de graduação no ano de 2019.



Fonte: INEP, Censo Nacional do Ensino Superior 2019 (BRASIL: 2020). Elaborado pela autora, 2021.

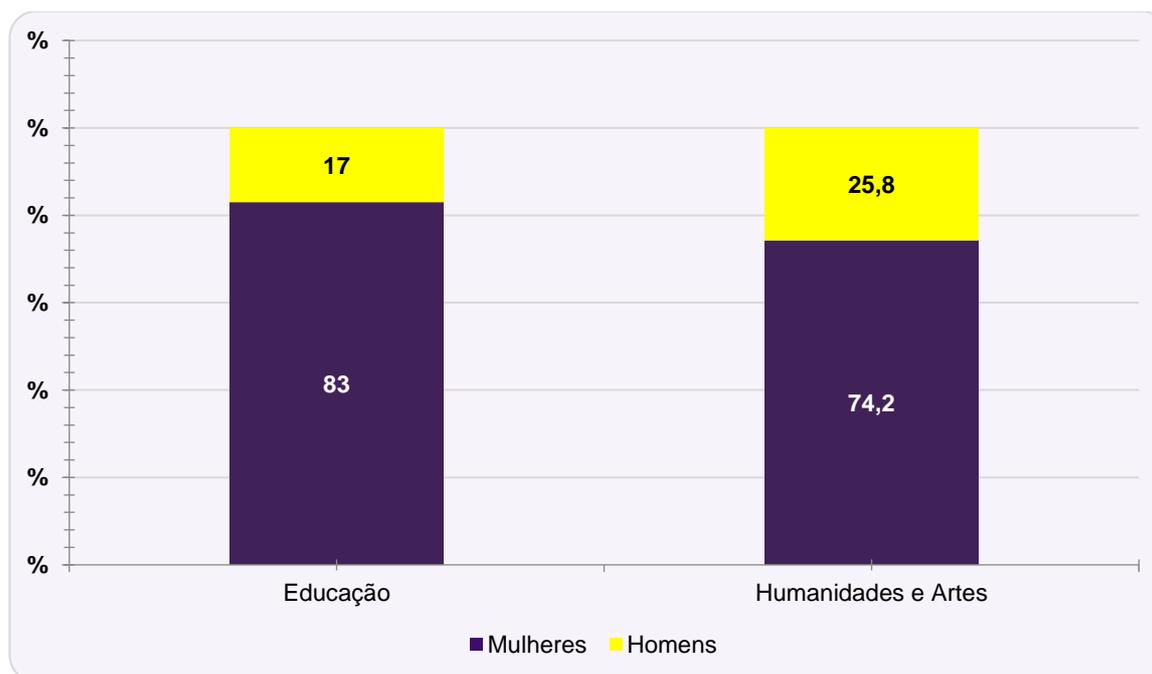
Por outro lado, segundo apontam as Notas Estatísticas do Censo do Ensino Superior, referentes ao ano de 2019, as mulheres possuem taxa de desistência de 35%, enquanto homens somam 43% (INEP, 2020). Tais dados indicam a complexidade inerente ao tema.

Observa-se que, por mais que os papéis sociais de homens e, principalmente, de mulheres tenham se modificado nas últimas décadas (GUEDES, 2008), permitindo que mulheres avançassem mais intensamente sobre a educação, no mercado de

trabalho e na política representativa, por exemplo, ainda perdura uma estrutura social desigual que tende a acometer ambos. No caso das mulheres, as condições de acesso e permanência no Ensino Superior são bastante distintas das masculinas. Junto a outros fatores sociais, apresenta uma dinâmica penosa, principalmente para mulheres pobres e negras, o que daria indícios das desigualdades estatísticas entre os grupos.

Ainda, caracteriza-se na atualidade uma segmentação das áreas do Ensino Superior. De forma geral, cursos de menor prestígio social – que são aqueles que, em suma, formam para profissões de menor remuneração e piores condições de trabalho (GÓIS, 2008) – tendem a ser ocupados por mulheres. Nesse sentido, como aponta Rosemberg (2001), a educação desempenha papel fundamental na naturalização dos papéis de gênero. A título de exemplo, no último Censo Demográfico, as áreas de menor remuneração eram Educação, Humanidades e Artes, respectivamente. Concomitantemente, a proporção de mulheres na Educação era de 83,0% e a de mulheres nas Humanidades e Artes 74,2% (IBGE, 2010). Essa relação é ilustrada no gráfico a seguir:

Gráfico 15: Proporção de mulheres atuantes nas duas áreas profissionais de menor remuneração no Brasil em 2010, segundo o IBGE (2010).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (BRASIL: 2020). Elaborado pela autora, 2021.

Ainda assim, Guedes (2008) aponta uma crescente migração feminina para áreas mais diversificadas, para além das licenciaturas, demonstrando que já há uma maior permeabilidade feminina nas áreas de maior prestígio social, como as engenharias, em relação às décadas anteriores, as mulheres somam 21,9% dos formados em Engenharias, produção e construção (IBGE, 2010). Ainda que não seja expressivo, o avanço das trajetórias femininas sobre áreas até então pouco exploradas por elas, indica a construção de uma nova realidade social. Isso porque a

educação é “bem intrínseco estruturador de novas relações de poder” (GUEDES, 2008, p. 128).

Os fatores que definem a escolha dos cursos de graduação por jovens candidatos estão relacionados ao que João Góis (2008) categoriza em dois grupos: o primeiro grupo implica em fatores associados à posição de classe e trajetória escolar. São analisados pelo candidato suas interpretações de possibilidades no vestibular, um cálculo das dificuldades que terá de enfrentar e os diferentes tipos de capital de sua família – econômico, social, cultural. No segundo grupo, o autor indica elementos culturais e históricos mais amplos, aqueles que contribuem para a formação da autoimagem. No caso das mulheres, é frequente que uma série de cursos sejam interpretados como “não sendo para meninas” – especialmente aqueles que levam a carreiras de maior prestígio, como posto. Nesse sentido, a classe social e a raça atuam da mesma forma. Inclusive, a frequente sensação de não-pertencimento de homens negros e mulheres negras na universidade decorre da pouca quantidade de pares no próprio ambiente acadêmico (GÓIS, 2008).

As mulheres têm suas trajetórias marcadas por uma série de “obrigações” oriundas dos papéis sociais constituídos. Esses papéis sociais interferem, como visto, na definição de estratégias de escolha de curso, quando não na própria decisão de estudar ou não. A maternidade, o casamento, os afazeres domésticos – que juntos compõem o trabalho de reprodução da sociedade, além da vulnerabilidade econômica, à qual as mulheres estão mais expostas – são fatores que interferem diretamente em suas trajetórias escolares. Ou seja, por mais que as mulheres tenham avançado sobre a vida pública, o mercado de trabalho, ainda carregam papéis tradicionais da esfera privada, inclusive em suas trajetórias acadêmicas (ROSEMBERG, 2001).

Ao analisarem a trajetória de mulheres pobres na universidade pública, Ávila e Portes (2012) evidenciam que a tríplice jornada que as acomete é uma fonte de “estresse, ansiedade e pressão constante” (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 825). Às mulheres, independente da classe social, por conta de um “paradigma de naturalidade” da divisão sexual do trabalho, permanecem as responsabilidades com relação à família e à casa.

No caso das mulheres pobres, estas precisam ocupar postos de trabalho com uma remuneração menor em relação aos trabalhadores homens. E ainda buscam frequentar o curso superior, seja pela possibilidade de ascensão social, seja pela conquista da independência financeira. Ávila e Portes (2012) apontam uma relação direta entre escolaridade e tempo gasto com afazeres domésticos, uma vez que a escolarização influencia os rendimentos e possibilita a contratação de uma segunda pessoa para realizar as tarefas da casa ou equipamentos eletrodomésticos que a facilitem.

De toda forma, mesmo entre as mulheres de classes sociais mais altas, a maternidade tem papel fundamental nessa dinâmica. Um filho se torna o impedimento mais determinante na trajetória de uma estudante de Ensino Superior e é fonte constante de culpa, independentemente da classe social (ÁVILA; PORTES, 2012).

Entre as mulheres negras, essa estrutura de desigualdade de gênero se articula com a desigualdade racial predominante no Brasil. A exemplo, podemos tomar o trabalho remunerado, geralmente doméstico, que acomete em maior intensidade mulheres negras, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental (GÓIS, 2008). A falta

de acesso aos bens duráveis e às condições de moradia, decorrentes da incidência da pobreza, acometem em maior proporção pessoas pretas e pardas.

Segundo Góis (2008), as mulheres negras ocupam posições mais baixas nas escalas de remuneração, tanto em comparação a homens brancos e negros quanto em comparação às mulheres brancas. Talvez esse panorama indique algumas possíveis causalidades para a sub-representação de mulheres negras e a super-representação de mulheres brancas nas estatísticas de inserção no Ensino Superior.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados nos permitem observar algumas perspectivas do fenômeno de inserção das mulheres no Ensino Superior brasileiro, como:

- Os anos médios de estudos de homens e mulheres tiveram aumento mínimo de 100% no mesmo período, tendo as mulheres mais que triplicado seu tempo de instrução entre 1970 e 1996;
- Tendo o Brasil dobrado o número de graduados entre 1970 e 2000, a proporção de homens com Ensino Superior passou de 2,8%, para 5,3%, ou seja, um aumento de menos de 100%. Ao mesmo tempo, mulheres quadruplicaram sua presença na faixa de escolaridade, passando de 1,7% para 6,8%;
- A proporção de mulheres graduadas em 2010 atingiu 12,5%, enquanto a masculina ficou em 9,9% no mesmo ano;
- De forma geral, as matrículas no Ensino Superior tiveram um aumento de quase 500% entre os anos de 1995 e 2019. Esse aumento foi muito maior entre instituições privadas, que em 2019 somavam mais que o triplo de matrículas em relação ao setor público;
- No ano de 2019, o número de ingressantes foi mais de cinco vezes superior ao de concluintes. Entre as mulheres, a taxa de desistência atingiu 35% das graduandas e 43% dos homens na mesma situação.
- Desta forma, enquanto mulheres eram pouco mais de um quarto entre os graduados em 1970, tornaram-se maioria em 2000;
- Todavia, mesmo que a proporção de pretos e pardos no Brasil seja de mais de 50% da população (BRASIL, 2010), mulheres negras são pouco mais de 37% das graduadas no país;
- Entre os graduados mais jovens (entre 20 e 29 anos), a proporção feminina chegou a quase 60%, enquanto entre os acima de 60 anos, fica na faixa de 40%;
- As mulheres são maioria absoluta nas áreas de atuação com menor remuneração salarial.

Esse panorama reflete a complexidade com que o tema se projeta, uma vez que, aos olhares mais desatentos, a inclusão feminina nesta etapa educacional aparenta ser fato consumado e, conseqüentemente, seria desnecessária a atuação de movimentos feministas pela educação nos dias de hoje. Todavia, fica evidente que o fenômeno constitui uma amálgama, em que avanços, retrocessos e contradições se fazem presentes. Ainda que as mulheres tenham assumido a maior parte das

matrículas no nível superior de ensino, a multiplicidade deste sujeito não foi igualmente absorvida, permanecendo certos grupos do lado de fora do processo, como observamos ser o caso das mulheres negras. Outro ponto é que persiste uma segmentação de gênero por área de estudo/atuação, ficando as mulheres segregadas em áreas de menor remuneração e prestígio social.

Ao mesmo tempo, ao analisarmos a distribuição etária dos graduados, denota-se que as gerações mais jovens trilham um caminho distinto das anteriores, havendo cada vez mais a presença feminina. A mudança no paradigma da educação de mulheres está em curso, afinal? Todas as mulheres estão sendo alcançadas por ele? Qual o peso da expansão pela via privada na formação destas mulheres? São alguns dos questionamentos que emanam destes números e esperamos que pesquisas posteriores prossigam com essa discussão.

Fica evidente que as políticas públicas educacionais brasileiras dos últimos cinquenta anos, refletindo as mudanças sociais, como de papéis de gênero e relações raciais, modificaram substancialmente o cenário do universitário no país. Todavia, ainda carecemos de debates e empenho político dedicados a modificar determinadas faces de desigualdade desse fenômeno, no sentido de permitir que a educação superior seja de fato acessível a todos aqueles que a almejam. Ainda, defendemos que as políticas educacionais devem atentar-se para as dinâmicas sociais externas à universidade, que impedem o desenvolvimento pleno da trajetória acadêmica das/os estudantes ou sua absorção no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Rebeca C.; PORTES, Écio A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. *Estudos feministas*, p. 809-832, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/11.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BARROSO, Carmen L. M.; MELLO, Guiomar N. de. *O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 15, p.47-77. dez., 1975.

BRASIL. *Censo Demográfico 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7311>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10411&t=publicacoes>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 1995*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2006*. Disponível

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2018*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística da Educação Superior 2019*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1992*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=5377&view=detalhes>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1996*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=52592&view=detalhes>. Acesso em: 05 set. 2019.

GÓIS, João B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2008, v. 16, n. 3, pp.743-768. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>.

GUEDES, Moema de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, jul./set., 2008, p. 117- 132.

HÖFLING, Eloísa de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos CEDES*, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

MAUÉS, Olgaíses C. Ensino superior na ótica dos organismos internacionais. *Educar em revista*, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 13-30, maio 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em abr. 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-108.

PORTES, Ecio A. *Trajetórias e estratégias do universitário das camadas populares*. 1993. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 1993.

PORTES, Ecio A. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre na UFMG: um estudo a partir de cinco casos*. 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200011>.

VONBUN, Chistian; MENDONÇA, João L. de O. *Educação superior uma comparação internacional e suas lições para o Brasil*. [s.l.] Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/05/td_1720.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade. In: NOGUEIRA, Maria A.; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir

(Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 17- 43.